

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - em 31 de dezembro de 2011 e 2010 - (valores expressos em milhares de reais) - Continuação

3.27. Subvenções e incentivos fiscais: as subvenções governamentais da Companhia são reconhecidas contabilmente a valor justo quando existe razoável segurança de que as condições estabelecidas e relacionadas serão cumpridas e o benefício será recebido. O registro dos montantes ocorre da seguinte forma:

- Subvenções relacionadas a ativos: são apropriadas no resultado proporcionalmente à depreciação do bem; e
- Subvenções para investimento: os valores apropriados como receita no resultado quando expurgados da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, serão reclassificados para o patrimônio líquido, dentro do subgrupo de reserva de incentivos fiscais, salvo se, houver prejuízos acumulados.

3.28. **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social, entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração antes do encerramento do período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, ainda não aprovada pelos acionistas é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

3.29. **Conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira:** conforme mencionado no item 3.1 acima, os saldos de ativos e passivos das subsidiárias estrangeiras são convertidos para Reais utilizando-se as taxas de câmbio em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras e os saldos das contas de resultado são convertidos pelas taxas médias mensais em vigor. As taxas de câmbio em Reais em vigor na data dos balanços convertidos foram as seguintes:

Taxa final	31.12.11	31.12.10
Dólar Americano (US\$)	1,8758	1,6662
Euro (€)	2,4342	2,3315
Libra Esterlina (£)	2,9148	2,5876
Pesos Argentinos (\$)	0,4360	0,4194
Taxa média		
Dólar Americano (US\$)	1,6746	1,7593
Euro (€)	2,3278	2,3315
Libra Esterlina (£)	2,6835	2,7172
Pesos Argentinos (\$)	0,4056	0,4500

3.30. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** conforme mencionado na nota explicativa 2, no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez julgamentos nos seguintes assuntos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, vide notas 5, 17 e 18;
- transações com pagamentos baseados em ações, vide nota 23;
- perda por redução ao valor recuperável de impostos, vide notas 12 e 14;
- benefícios de aposentadoria, vide nota 24;
- mensuração ao valor justo de itens relacionados a combinação de negócios, vide nota 6;
- valor justo de instrumentos financeiros, vide nota 4;
- provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas, vide nota 25;
- perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, vide nota 9;
- ativos biológicos, vide nota 11; e
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida, vide notas 17 e 18.

A Companhia revisa as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis trimestralmente. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período no qual as revisões são efetuadas.

3.31. **Demonstração do valor adicionado:** a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado ("DVA") individuais e consolidadas nos termos da Deliberação CVM nº 557/08, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP. Para IFRS representam informação financeira adicional.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

4.1. Visão Geral

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados principalmente à flutuação das taxas de juros, variações cambiais e a mudanças preços de commodities.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos, com base em uma Política de Gestão de Risco Financeiro ("Política de Risco") sob administração do Comitê de Gestão de Risco Financeiro, Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Tal política inclui o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado e a sua mensuração é realizada com base em análises de exposição contábil e previsão de fluxos de caixa futuros. A política estabelece limites para tomada de decisão e utilização de instrumentos financeiros com o propósito de:

- (i) proteção da exposição à variação de taxas de juros;
- (ii) proteção da exposição cambial de dívida e fluxo de caixa; e
- (iii) proteção da exposição à variação de preços de commodities.

O Conselho de Administração tem papel fundamental na estrutura de gerenciamento de riscos financeiros como responsável pela aprovação da Política de Risco. Ademais, define os limites de tolerância aos diferentes riscos identificados como aceitáveis para a Companhia em nome de seus acionistas.

O Diretor(a) Executivo(a) é responsável pela avaliação do posicionamento da Companhia para cada risco identificado, de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho de Administração, bem como pela aprovação:

- (i) dos planos de ação definidos para o alinhamento dos riscos aos limites de tolerância;
- (ii) dos indicadores de desempenho a serem utilizados na gestão de riscos;
- (iii) dos limites globais; e
- (iv) da avaliação de melhorias na Política de Risco.

O Comitê de Gestão de Risco Financeiro é responsável pela execução da Política de Risco, esta ocorre por meio da supervisão do processo de gestão de risco, do planejamento e verificação dos impactos das decisões implementadas, assim como da avaliação e aprovação das alternativas de *hedge* e monitoramento dos níveis de exposição aos riscos de forma a garantir o cumprimento da Política.

A Gerência de Riscos tem como tarefa primordial o monitoramento, avaliação e comunicação dos riscos financeiros incorridos pela Companhia, e dentre estas tarefas destacam-se:

- (i) a análise contínua da adequação da Política de Risco, garantindo que a contratação de instrumentos de proteção a riscos estejam dentro dos limites estabelecidos;
- (ii) a preparação de relatórios;
- (iii) a avaliação e apresentação de alternativa de mitigação de riscos; e
- (iv) a modelagem e avaliação das exposições.

As tarefas acima são executadas com o objetivo de evidenciar e dar ciência à Administração sobre a magnitude dos riscos e correspondentes proteções contratadas apresentando seus potenciais impactos.

Na Política de Risco são determinadas as estratégias a serem adotadas, e com base nela, a Administração contrata instrumentos de proteção patrimonial (*hedge*), que são aprovados com base em limites de alçada. O Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e o Comitê de Gestão de Risco Financeiro possuem alçadas distintas pré-estabelecidas nesta Política. A Política não autoriza que a Companhia contrate operações alavancadas em mercados derivativos, bem como determina que operações individuais de *hedge* (*notional*) estejam limitadas a 2,5% do patrimônio líquido da Companhia.

A inclusão e atualização das operações são registradas em sistemas operacionais, com devida segregação de funções, sendo validadas pelo *back-office* e monitoradas diariamente pela Gerência de Riscos.

Tendo em vista o intuito das operações de *hedge* em reduzir os riscos e as incertezas às quais a Companhia está exposta, os resultados obtidos no exercício atendem os objetivos estabelecidos.

Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 604/09, a Companhia aplica as regras de contabilidade de *hedge accounting* para seus instrumentos derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, conforme determinado em sua Política de Risco. O *hedge* de fluxo de caixa consiste em proteger a exposição contra a variabilidade no fluxo de caixa que:

- (i) é atribuível a um risco particular associado com um ativo ou passivo reconhecido; ou
- (ii) uma transação prevista altamente provável, e
- (iii) poderia afetar lucros e perdas.

A Política tem como objetivo determinar parâmetros de utilização de instrumentos financeiros, inclusive derivativos, que visam à proteção de ativos e passivos operacionais e financeiros, os quais estão expostos à variação de taxa de câmbio, juros e *commodities*. A responsabilidade pelo cumprimento da política está a cargo da Gerência de Riscos.

4.2. Administração de risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros é aquele o qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem ativos e passivos da Companhia indexados pela taxa *London Interbank Offered Rate* ("LIBOR"), Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("UMBNDES") ou Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), além de eventuais transações com posições pré-fixadas em relação a algum dos indexadores acima mencionados que poderiam ocasionar perdas não realizadas e/ou realizadas originadas pela apuração do valor justo de mercado (marcação a mercado).

A Política de Risco da Companhia não restringe a exposição às diferentes taxas de juros e também não estabelece limites entre taxas pré ou pós-fixadas.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas. Estas operações se caracterizam basicamente por contratos de troca de indexadores, onde se altera a taxa pós-fixada por pré-fixada, as quais foram designadas pela Companhia como contabilização de *hedge* de fluxo de caixa.

A Companhia busca uma relação estável entre o endividamento de curto e longo prazo, mantendo uma proporção maior em longo prazo.

O endividamento está atrelado, essencialmente, às taxas *LIBOR*, *cupom fixo* ("RS e USD"), TJLP e UMBNDES. Na ocorrência de alterações adversas no mercado que resulte na elevação da *LIBOR*, o custo do endividamento pós-fixado se eleva e por outro lado, o custo do endividamento pré-fixado se reduz em termos relativos. A mesma consideração também é aplicável para a TJLP e UMBNDES.

Das aplicações da Companhia, os principais indexadores são o CDI para operações no mercado interno e o *cupom fixo* ("USD") para operações no mercado externo. Ocorrendo elevação do CDI, os resultados tornam-se favoráveis, enquanto que na ocorrência de sua queda, os resultados tornam-se desfavoráveis. Em agosto de 2011, o Comitê de Política Monetária ("COPOM") iniciou um ciclo de afrouxamento da política monetária reduzindo a taxa básica de juros 12,5% a.a. para 11,0% a.a. em dezembro de 2011. Deste modo, as receitas financeiras oriundas de aplicações sujeitas a variação do CDI reduziram. Por outro lado, persiste a manutenção da expectativa de juros internacionais baixos. Com a *LIBOR* em patamares historicamente baixos houve um impacto positivo nas despesas financeiras atreladas a este indicador.

Com relação à exposição às taxas de juros, os resultados obtidos com relação aos objetivos propostos pela Companhia foram atingidos no exercício de 2011.

4.3. Administração de risco cambial

O risco de taxa cambial é aquele em que as alterações das taxas de câmbio de moeda estrangeira possam fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos ativos ou aumento das obrigações.

As principais exposições às quais a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, referem-se à flutuação do Dólar norte-americano, Euro e Libra Esterlina em relação ao Real. O objetivo da Política de Risco é a proteção contra os riscos de variações cambiais equilibrando os ativos não denominados em Reais contra as posições não denominadas em Reais, protegendo assim o balanço patrimonial da Companhia, através do uso de operações de *balcão* ("swap") e operações na bolsa de futuros.

4.3.1. Composição dos saldos de exposição em moeda estrangeira

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira com impacto no resultado financeiro são assim demonstrados:

	BR GAAP		BR GAAP e IFRS	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	40.469	166.691	1.689.551	2.493.006
Contas a receber de clientes - terceiros	37.921	66.869	1.379.420	951.041
Contas a receber de controladas	409.061	186.752	-	-
Contratos de dólar futuro	65.801	121.336	65.801	121.336
Estoque	-	3.526	112.267	100.912
Contratos a termo (NDF) ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	11.255	(241.738)
Contrato de troca de índices ("swap")	(359.369)	-	(359.369)	-
Empréstimos e financiamentos	(1.268.830)	(863.737)	(4.723.824)	(4.016.076)
PPE's designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa	1.210.248	803.955	1.210.248	803.955
Fornecedores	(55.760)	(37.704)	(340.300)	(105.817)
Adiantamento PPE de controlada	-	(560.695)	-	-
Outros ativos e passivos, líquidos	79.541	(112.574)	(863.003)	141.712
	42.404	(67.563)	(470.734)	85.051

Exposição cambial em moeda estrangeira em US\$

⁽ⁱ⁾ Os contratos de dólar futuro ("NDF's") *offshore* não designados como *hedge accounting*, impactando o resultado financeiro e não o patrimônio líquido.

A exposição cambial líquida total da Companhia em 31.12.11 é de um passivo de US\$ 470.734 e está dentro do limite estabelecido pela Política de Risco.

A Política de Risco visa proteger as receitas e custos operacionais que envolvem as operações decorrentes da atividade comercial, como estimativas de exportações e compras de matérias-primas, utilizando instrumentos de proteção, com o foco principal na proteção de seu fluxo projetado denominado em moeda estrangeira.

Com o intuito de realizar uma gestão ativa e seguindo a Política de Risco, a Companhia realiza acompanhamento diário, através de relatórios emitidos pela Gerência de Riscos, das necessidades de fluxo de caixa e de exposição cambial.

4.3.2. Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos

As posições de derivativos em aberto são como segue:

	BR GAAP		BR GAAP e IFRS	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Instrumento	Objeto de proteção	Vencimentos	A receber	A pagar
Designados como <i>hedge accounting</i>			Valor de referência (<i>notional</i>)	Valor de mercado ⁽ⁱ⁾
NDF	Tx. câmbio	De 01.2012 a 11.2012	US\$	2.551.088
NDF	Tx. câmbio	De 01.2012 a 11.2012	EUR	6.637
NDF	Tx. câmbio	De 01.2012 a 11.2012	GBP	201.996
Opções	Tx. câmbio	Até 01.2012	US\$	150.064
Opções	Tx. câmbio	Até 07.2013	US\$ + 7%	56.112
Swap	Tx. câmbio	De 10.2011 a 12.2013	US\$ + LIBOR 3M + 3,83%	330.750
Swap	Tx. juros	De 08.2012 a 06.2018	US\$ + LIBOR 3M + 1,43%	375.160
Swap	Tx. juros	De 07.2012 a 02.2019	US\$ + LIBOR 6M + 1,77%	1.095.199
Swap	Tx. juros	Até 11.2012	US\$ + LIBOR 12M + 0,71%	187.580
			5.717.156	(199.633)
Não designados como <i>hedge accounting</i>				
NDF	Tx. câmbio	De 01.2012 a 11.2012	US\$	11.255
NDF	Tx. câmbio	Até 03.2012	EUR	60.855
Swap	Tx. juros	Até 05.2012	US\$ + 5,78%	56.274
Swap	Tx. câmbio	Até 03.2012	US\$ + 1,40%	359.369
Opções	Boi gordo	De 01.2012 a 10.2015	RS	33.635
NDF	Boi gordo	Até 09.2012	RS	1.679
Futuros	Tx. câmbio	Até 01.2012	US\$	65.801
Futuros	Boi gordo	Até 10.2012	RS	10.967
			599.835	(47.601)
			6.316.991	(247.234)

	BR GAAP		BR GAAP e IFRS	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31.12.10	31.12.10	31.12.10	31.12.10
Instrumento	Objeto de proteção	Vencimentos	A receber	A pagar
Designados como <i>hedge accounting</i>			Valor de referência (<i>notional</i>)	Valor de mercado ⁽ⁱ⁾
NDF	Tx. câmbio	01.2011 a 11.2011	US\$	716.466
NDF	Tx. câmbio	01.2011 a 11.2011	EUR	416.636
NDF	Tx. câmbio	01.2011 a 11.2011	GBP	112.561
Swap	Tx. câmbio	07.2013	US\$ + 7%	56.112
Swap	Tx. câmbio	01.2011 a 12.2013	US\$ + LIBOR 3M + 3,83%	330.750
Swap	Tx. juros	01.2010 a 08.2013	US\$ + LIBOR 3M + 0,25%	172.230
Swap	Tx. juros	01.2011 a 08.2013	US\$ + LIBOR 6M + 0,80%	53.777
Swap	Tx. juros	11.2012	US\$ + LIBOR 12M + 0,71%	198.025
Opções	Tx. câmbio	01 e 02.2011	RS	85.461
			2.927.003	9.191
Não designados como <i>hedge accounting</i>				
NDF	Tx. câmbio	01.2011 a 06.2011	US\$	241.738
NDF	Tx. câmbio	03.2011	EUR	100.260
Swap	Tx. juros	05.2012	US\$ + 5,78%	62.787
Opções	Boi gordo	08 a 11.2011	RS	44.039
Futuros	Tx. câmbio	02.2011	US\$	121.336
Futuros	Boi gordo	01 a 10.2011	RS	4.422
			574.582	7.240
			3.501.585	16.431

	BR GAAP		BR GAAP e IFRS	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31.12.10	31.12.10	31.12.10	31.12.10
Instrumento	Objeto de proteção	Vencimentos	A receber	A pagar
Designados como <i>hedge accounting</i>			Valor de referência (<i>notional</i>)	Valor de mercado ⁽ⁱ⁾
NDF	Tx. câmbio	01.2011 a 06.2011	US\$	241.738
NDF	Tx. câmbio	03.2011	EUR	100.260
Swap	Tx. juros	05.2012	US\$ + 5,78%	62.787
Opções	Boi gordo	08 a 11.2011	RS	44.039
Futuros	Tx. câmbio	02.2011	US\$	121.336
Futuros	Boi gordo	01 a 10.2011	RS	4.422
			574.582	7.240
			3.501.585	16.431

⁽ⁱ⁾ O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da Bloomberg e BMAF.

A Companhia contratou operações de swap, NDF e contratos futuros com o objetivo de minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e para proteção contra as variações das taxas de juros.

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem a Política de Risco adotada pela Companhia e foram satisfatórios.

4.4. Composição dos saldos de instrumentos financeiros designados para contabilização de *hedge* de fluxo de caixa e receitas de exportação

A Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas a contabilização de proteção (*hedge accounting*) para os instrumentos financeiros derivativos de proteção de fluxos de caixa e receitas de exportação, documentando:

- (i) o relacionamento do *hedge*;
- (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em contratar a operação de *hedge*;
- (iii) a identificação do instrumento financeiro;
- (iv) o objeto ou transação de cobertura;
- (v) a natureza do risco a ser coberto;
- (vi) a descrição da relação de cobertura;
- (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura, quando aplicável; e
- (viii) a demonstração prospectiva da efetividade do *hedge*.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de *hedge accounting*, são altamente prováveis, apresentam uma exposição da variação do fluxo de caixa que poderia afetar lucros e perdas e são altamente efetivas em atingir as variações de valor justo ou fluxo de caixa atribuível ao risco coberto, consistente ao risco originalmente documentado na Política de Risco. A Companhia efetuou o registro do resultado não realizado no patrimônio líquido das operações de derivativos designados para proteção de riscos cambiais e taxas de juros, líquidas dos efeitos de impostos.

4.4.1. Contratos a termo de moedas - NDF

	BR GAAP		BR GAAP e IFRS	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
NDF	RS x USD	RS x GBP	RS x USD	RS x GBP
Vencimentos	Curva	MTM	Notional	USD Médio
Janeiro-12	(12.327)	(11.789)	145.000	1.7955
Fevereiro-12	(15.062)	(13.298)	155.000	1.7969
Março-12	(13.513)	(11.735)	143.000	1.8106
Abril-12	(19.299)	(15.798)	158.000	1.8012
Mai-12	(16.671)	(12.432)	158.000	1.8342
Junho-12	(7.044)	(4.765)	100.000	1.8783
Julho-12	(16.522)	(11.837)	153.000	1.8544
Agosto-12	(644)	(382)	10.000	1.9080
Setembro-12	(1.053)	557	100.000	1.9646
Outubro-12	(8.065)	(4.538)	100.000	1.9334
Novembro-12	(4.149)	(2.135)	100.000	1.9559
	(114.349)	(88.150)	1.360.000	1,8542
			1.388	6,637
			316.000	2,5107
			(6.377)	(5.270)
			69.300	2,9025

4.4.2. Swap de juros e moedas

BR GAAP e IFRS					
Controladora e Consolidado					
31.12.11					
Ativo	Passivo			Saldo	Saldo
(objeto protegido)	(risco contratado)	Notional	Vencimentos	(curva do contrato)	(MTM)
Libor 6M + 1,75% a.a.	4,22% a.a.	US\$ 26.000	25.07.12	(435)	(695)
Libor 6M	4,06% a.a.	US\$ 42.857	22.07.13	(1.232)	(3.283)
Libor 6M + 0,80% a.a.	4,31% a.a.	US\$ 24.000	23.08.13	(441)	(1.500)
Libor 6M + 0,80% a.a.	4,36% a.a.	US\$ 16.000	19.07.13	(399)	(1.035)
Libor 3M + 0,5% a.a.	3,96% a.a.	US\$ 10.000	20.08.12	(64)	(369)
Libor 3M + 0,5% a.a.	3,96% a.a.	US\$ 20.000	15.08.12	(147)	(746)
Libor 3M + 0,5% a.a.	3,96% a.a.	US\$ 20.000	10.08.12	(163)	(753)
Libor 6M	3,82% a.a.	US\$ 12.000	20.03.13	(212)	(679)
Libor 6M	3,79% a.a.	US\$ 18.000	13.02.13	(408)	(1.010)
Libor 6M + 1,65% a.a.	4,15% a.a.	US\$ 15.000	10.05.13	(66)	(446)
Libor 6M + 0,60% a.a.	2,98% a.a.	US\$ 50.000	19.12.12	(871)	(2.091)
Libor 6M + 0,60% a.a.	2,99% a.a.	US\$ 50.000	26.11.12	(54)	(1.187)
Libor 6M + 1,55% a.a.	3,55% a.a.	US\$ 30.000	02.07.12	(307)	(420)
Libor 12M + 0,71% a.a.	3,57% a.a.	US\$ 50.000	19.11.12	(170)	(1.690)
Libor 12M + 0,71% a.a.	3,82% a.a.	US\$ 50.000	26.11.12	(165)	(1.904)
Libor 3M	0,78% a.a.	US\$ 50.000	03.08.12	(46)	(1.031)
Libor 6M + 2,82% a.a.	5,86% a.a.	US\$ 100.000	22.01.18	(1.641)	(19.138)
Libor 3M + 2,60% a.a.	5,47% a.a.	US\$ 100.000	18.06.18	(243)	(16.249)
Libor 6M + 2,70% a.a.	5,90% a.a.	US\$ 100.000	01.02.19	(1.559)	(21.504)
Libor 6M + 2,70% a.a.	5,88% a.a.	US\$ 100.000	01.02.19	(1.548)	(21.251)
Libor 3M + 2,50% a.a.	76,00% CDI	US\$ 35.000	15.07.13	(408)	(1.031)
Libor 3M + 2,50% a.a.	92,50% CDI	US\$ 44.444	01.10.13	(1.466)	(5.265)
Libor 3M + 4,50% a.a.	100,00% CDI	US\$ 88.889	23.12.13	(255)	(11.437)
				(11.940)	(111.542)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - em 31 de dezembro de 2011 e 2010 - (valores expressos em milhares de reais) - Continuação

(a) O *Credit Linked Note* é uma operação estruturada com instituição financeira de primeira linha no exterior que remunera juros periódicos (*LIBOR + spread*) e corresponde a uma nota de crédito que contempla o risco da Companhia.

(b) Os títulos da dívida externa brasileira são denominados em dólar norte-americano e remunerados por taxas pré e pós-fixadas.

(c) As operações compromissadas estavam lastreadas em debêntures dos principais conglomerados financeiros.

(d) As aplicações em CDB eram denominadas em Reais e remuneradas por taxas variáveis de 98% a 104% do CDI.

(e) As LFT são remuneradas à taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC").

(f) O fundo exclusivo em moeda estrangeira estava representado basicamente por notas estruturadas.

(g) O fundo de investimento em moeda estrangeira possuía uma *Credit Linked Note* emitida por banco de primeira linha que remunerava juros periódicos (*LIBOR + spread*) e contemplava o risco Brasil e o risco Sadia.

(h) Os CTN classificados no subgrupo mantidos até o vencimento estão penhorados como garantia do empréstimo obtido por meio do Programa Especial de Saneamento de Ativos ("PESA"), vide nota 19.

O ganho não realizado pela mudança do valor justo das aplicações disponíveis para venda, registrado no patrimônio líquido, corresponde ao valor de R\$ 5.051, líquido dos efeitos de IRPJ e CSLL de R\$ 554.

Adicionalmente, em 31.12.11, do total de aplicações financeiras, R\$ 86.177 foram dados em garantia de operações de contratos futuros em Dólar norte-americano e boi gordo, negociados na Bolsa de Mercadorias e Futuros ("BM&F"). Em 31.12.10 as garantias correspondiam a R\$ 27.500.

Em 31.12.11, os vencimentos das aplicações financeiras do não circulante no consolidado tem a seguinte composição:

	BR GAAP e IFRS Consolidado	
Vencimentos		
2013		83.369
2015		70.019
2015 em diante		153.388

A Companhia efetuou análise de sensibilidade em relação a exposição cambial que está apresentada na nota 4.10.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS

	BR GAAP		BR GAAP e IFRS Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Circulante				
Terceiros no país	949.489	825.824	1.863.996	1.636.694
Partes relacionadas no país	44.959	21.106	-	-
Terceiros no exterior	37.422	65.426	1.375.472	948.389
Partes relacionadas no exterior	409.061	186.752	-	-
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(13.557)	(12.167)	(31.655)	(20.054)
	1.427.374	1.086.943	3.207.813	2.565.029
	25.236	29.515	56.935	41.667
	1.452.610	1.116.458	3.264.748	2.606.696

	BR GAAP		BR GAAP e IFRS Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Não circulante				
Terceiros no país	51.802	33.825	53.060	47.955
Terceiros no exterior	499	443	3.948	2.652
(-) Ajuste a valor presente	(670)	(872)	(670)	(872)
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(49.212)	(26.446)	(53.919)	(42.785)
	2.419	6.950	2.419	6.950
	75.547	93.136	147.322	93.136
	77.966	100.086	149.741	100.086

Títulos a receber

As movimentações das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são apresentadas a seguir:

Saldo no início do exercício

Adições	
Aumento por combinação de negócios ⁽¹⁾	
Aumento por incorporação ⁽²⁾	
Reversões	-
Baixas	-
Variação cambial	-

Saldo no final do exercício

⁽¹⁾ Combinação de negócios com as empresas Avex S.A. e grupo Dânica em 03.10.11.

⁽²⁾ Incorporação da Avipal Nordeste S.A. em 31.03.10.

A despesa com a constituição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica de despesas com vendas na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber, os valores creditados na rubrica perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

Composição por vencimento dos valores vencidos e não incluídos em perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:

	BR GAAP		BR GAAP e IFRS Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
	-	-	14.855	9.252
	2.233	3.468	1.414	1.414
	1.250	1.317	2.765	2.765
	602	1.469	343	343
	1.397	15.466	2.815	2.815
	5.482	36.575	16.589	16.589

Os títulos excluídos da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa estão garantidos por cartas de créditos emitidas por instituições financeiras e por seguro de crédito contratado junto à seguradoras.

A composição das contas a receber por vencimento é a seguinte:

	BR GAAP		BR GAAP e IFRS Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Valores a vencer	1.404.775	1.090.982	2.924.510	2.377.713
Vencidos:				
De 01 a 60 dias	22.169	6.320	251.163	182.012
De 61 a 120 dias	7.488	3.251	30.298	17.851
De 121 a 180 dias	4.388	1.583	13.064	6.872
De 181 a 360 dias	4.366	3.380	8.517	6.860
Acima de 360 dias	50.046	27.862	68.924	44.382
(-) Ajuste a valor presente	(670)	(872)	(670)	(872)
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(62.769)	(38.613)	(85.574)	(62.839)
	1.429.793	1.093.893	3.210.232	2.571.979

10. ESTOQUES

	BR GAAP		BR GAAP e IFRS Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Produtos acabados	731.465	493.103	1.688.296	1.159.129
Mercadorias para revenda	7.270	6.140	8.575	20.518
Produtos em elaboração	85.700	54.090	316.875	123.279
Matérias-primas	112.490	117.878	214.630	466.346
Materiais de embalagens	61.539	39.204	99.925	85.485
Materiais secundários	71.341	58.168	153.898	58.752
Almoxarifado	72.601	67.714	115.224	116.535
Mercadorias em trânsito	4.291	279	26.147	60.919
Importações em andamento	13.357	18.796	83.640	22.081
Adiantamentos a fornecedores	30.028	40.505	30.028	50.935
(-) Provisão para ajuste a valor realizável	(19.899)	(9.140)	(41.963)	(14.549)
(-) Provisão para estoques deteriorados	(3.404)	(4.694)	(12.841)	(10.591)
(-) Provisão para obsolescência	(629)	(2.202)	(3.223)	(5.030)
	1.166.150	879.841	2.679.211	2.135.809

O valor das baixas de estoques reconhecidas no custo das vendas no período de doze meses findo em 31.12.11 totalizou R\$ 10.008.750 na controladora e R\$ 19.046.963 no consolidado (R\$ 8.817.133 na controladora e R\$ 16.951.152 no consolidado em 31.12.10), sendo que esse valor compreende também as adições e reversões de reduções de estoques ao valor líquido realizável apresentados na tabela abaixo:

	BR GAAP		BR GAAP e IFRS Consolidado	
	31.12.10	Adições	Reversões	Baixas
Provisão para ajuste a valor realizável	(9.140)	(43.838)	33.079	-
Provisão para deteriorados	(4.694)	(5.165)	-	6.455
Provisão para obsolescência	(2.202)	(409)	1.982	-
	(16.036)	(49.412)	35.061	6.455
				(23.932)

	BR GAAP		BR GAAP e IFRS Consolidado	
	31.12.10	Adições	Reversões	Baixas
Provisão para ajuste a valor realizável	(14.549)	(69.627)	41.950	11.333
Provisão para deteriorados	(10.591)	(13.585)	-	2
Provisão para obsolescência	(5.030)	(1.979)	3.786	-
	(30.170)	(85.191)	45.736	11.333
				(82.223)

As adições ocorridas na provisão para perdas refletem basicamente a queda no preço no mercado externo do frango *griller* ocorrida no período de julho a agosto. A partir de setembro houve uma recuperação do preço de venda destes produtos, ocasionando a reversão destas provisões.

Adicionalmente, no exercício findo em 31.12.11 houve baixas de estoques no montante de R\$ 35.832 na controladora e R\$ 53.018 no consolidado (em 31.12.10, R\$ 41.539 na controladora e R\$ 45.260 no consolidado) referente a itens deteriorados, que não transitaram pela provisão.

A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

Em 31.12.11, o valor correspondente a R\$ 67.079 (R\$ 30.498 em 31.12.10) do saldo dos estoques da controladora e consolidado foi dado em garantia de operações de crédito rural.

11. ATIVOS BIOLÓGICOS

O grupo de ativos biológicos da Companhia é composto por animais vivos segregados entre as categorias: aves, suínos e bovinos. Estas categorias foram segregadas entre consumíveis e para produção.

Os animais classificados no subgrupo de consumíveis são aqueles destinados ao abate para produção de carne *in-natura* e/ou produtos elaborados e processados e enquanto não atingem o peso adequado para abate são classificados como imaturos. Os processos de abate e produção ocorrem de forma sequencial em um curtíssimo intervalo de tempo, como consequência, apenas os animais vivos transferidos para abate nos frigoríficos são classificados como maduros.

Os animais classificados no subgrupo de animais para produção (matrizes) são aqueles que têm a função de produzir outros ativos biológicos. Enquanto não atingem a idade de reprodução são classificados como imaturos e quando estão aptos a iniciar o ciclo reprodutivo são classificados como maduros.

Na mensuração dos ativos biológicos ao valor justo a Companhia adotou o modelo do fluxo de caixa descontado. Primeiramente, a taxa de desconto utilizada foi o custo médio ponderado de capital ("WACC") que em seguida foi ajustada para refletir o risco específico do ativo em questão, através do modelo matemático retorno médio sobre ativos ("WARA"), conforme apresentado abaixo:

Custo do capital próprio nominal	10,31	11,10
Taxa de inflação projetada EUA	2,26	1,85
Custo do capital próprio real	7,88	9,08
WACC real	5,80	6,93
Taxa de desconto IWARA:		
Animais para abate	5,50	6,00
Animais para produção	5,90	6,90
Na opinião da Administração, o valor justo dos ativos biológicos está substancialmente representado pelo custo de formação principalmente devido ao curto ciclo de vida dos animais e pelo fato de que parte significativa da rentabilidade dos nossos produtos deriva do processo de industrialização e não da obtenção de carne <i>in-natura</i> (matéria-prima no ponto de abate). Essa opinião está suportada por um laudo de avaliação de valor justo elaborado por um especialista independente, onde apurou-se uma diferença imaterial entre as duas metodologias, dessa forma a Administração manteve o registro dos ativos biológicos por seu custo de formação.		

	BR GAAP		BR GAAP e IFRS Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Ativos biológicos consumíveis:				
Aves imaturas	103.087	207.615	97.615	185.068
Suínos imaturos	1.646	257.692	1.889	223.994
Bovinos imaturos	75	89.176	24	25.150
Total circulante	104.808	554.483	99.528	434.212
Ativos biológicos de produção:				
Aves imaturas	3.756	46.987	3.750	40.186
Aves maduras	5.569	62.632	5.245	58.802
Suínos imaturos	-	-	-	-
Suínos maduros	165	68.624	156	62.034
Total não circulante	9.495	179.188	9.151	159.022
	114.303	733.671	108.679	593.234

	BR GAAP		BR GAAP e IFRS Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Ativos biológicos consumíveis:				
Aves imaturas	209.732	485.359	187.584	396.300
Suínos imaturos	3.803	581.546	4.155	473.231
Bovinos imaturos	75	89.176	24	25.150
Total circulante	213.610	1.156.081	191.763	900.681
Ativos biológicos de produção:				
Aves imaturas	7.643	97.458	7.372	88.193
Aves maduras	12.006	132.043	11.559	140.482
Suínos imaturos	125	18.370	169	22.601
Suínos maduros	409	139.512	386	126.408
Total não circulante	20.183	387.383	19.486	377.684
	233.793	1.543.464	211.249	1.278.365

	BR GAAP		BR GAAP e IFRS Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Ativos biológicos consumíveis:				
Aves imaturas	209.732	485.359	187.584	396.300
Suínos imaturos	3.803	581.546	4.155	473.231
Bovinos imaturos	75	89.176	24	25.150
Total circulante	213.610	1.156.081	191.763	900.681
Ativos biológicos de produção:				
Aves imaturas	7.643	97.458	7.372	88.193
Aves maduras	12.006	132.043	11.559	140.482
Suínos imaturos	125	18.370	169	22.601
Suínos maduros	409	139.512	386	126.408
Total não circulante	20.183	387.383	19.486	377.684
	233.793	1.543.464	211.249	1.278.365

As movimentações dos ativos biológicos durante o exercício estão apresentadas a seguir:

	BR GAAP		BR GAAP e IFRS Consolidado	
	31.12.10	31.12.10	31.12.10	31.12.10
Aves	Suínos	Bovinos	Total	Aves
Saldo em 31.12.10	185.068	223.994	25.150	434.212
Aumento por aquisição	57.032	432.272	244.342	733.646
Aumento por reprodução, consumo de rações, medicamentos e remuneração de parceria	2.430.510	606.256	109.313	3.146.079
Depreciação do período	14.771	18.407	-	33.178
Transferência entre circulante e não circulante	(2.479.766)	(1.023.237)	(289.629)	(3.792.632)
Redução por abate/corte	207.615	257.692	89.176	554.483
				109.619
				69.569
				179.188

	BR GAAP e IFRS Consolidado		BR GAAP e IFRS Consolidado	
	31.12.10	31.12.10	31.12.10	31.12.10
Aves	Suínos	Bovinos	Total	Aves
Saldo em 31.12.10	396.300	479.231	25.150	900.681
Aumento por aquisição	83.046	577.519	244.342	904.907
Aumento por reprodução, consumo de rações, medicamentos e remuneração de parceria	5.417.542	1.787.546	109.313	7.314.401
Combinação de negócios ⁽¹⁾	9.834	-	-	9.834
Depreciação do período	-	-	-	(304.716)
Transferência entre circulante e não circulante	62.246	62.968	125.214	(62.246)
Redução por abate/corte	(5.483.609)	(2.325.718)	(289.629)	(8.098.956)
	485.359	581.546	89.176	1.156.081
				229.501
				157.882
				387.383

⁽¹⁾ Combinação de negócios com as empresas Avex S.A. e grupo Dânica em 03.10.11.

Os custos das matrizes são depreciados linearmente pelo período de 15 a 30 meses.

As aquisições de ativos biológicos de produção (não circulante) ocorrem quando existe a expectativa de que o plano de produção não poderá ser atendido com os ativos próprios, e via de regra, trata-se de aquisições de animais imaturos no início do ciclo de vida.

As aquisições de ativos biológicos para abate (aves e suínos) são representadas por aves de um dia e suínos de até 22 quilos, que estarão sujeitos ao gerenciamento de parte substancial da atividade agrícola pela Companhia.

O aumento por reprodução dos ativos biológicos classificados no circulante está relacionado aos ovos oriundos dos ativos de produção.

12. IMPOSTOS A RECUPERAR

	BR GAAP		BR GAAP e IFRS	
	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
ICMS	254.809	254.632	754.323	646.976
Imposto de renda e contribuição social	179.096	235.613	211.047	257.096
PIS e COFINS	608.880	463.598	755.270	577.853
Imposto de importação	273	218	7.258	9.108
IPI	1.552	2.913	97.241	58.701
Outros	826	831	19.225	6.673
(-) Provisão para perdas	(23.340)	(22.014)	(151.829)	(93.110)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - em 31 de dezembro de 2011 e 2010 - (valores expressos em milhares de reais) - Continuação

19.7. Garantias	BR GAAP		BR GAAP e IFRS	
	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
	3.043.121	2.228.395	8.053.530	7.202.939
	724.589	589.041	1.584.501	1.668.111
Saldo de empréstimos e financiamentos	490.835	525.282	1.134.809	1.438.823
	108.192	-	324.130	165.529
	125.562	63.759	125.562	63.759
	36.046	10.845	38.454	11.218
	7.168	10.801	9.489	10.801
Garantias por hipotecas de bens	-	-	-	87
	-	-	-	373
	28.866	-	28.866	-
	12	44	12	44
	-	-	-	-
Garantias por alienação fiduciária de bens adquiridos sob financiamento	31.12.11	31.12.11	31.12.11	31.12.11
	389.943	546.572	389.943	546.572
	160.972	297.311	160.972	297.311
	151.858	271.638	151.858	271.638
	151.425	270.205	151.425	270.205
Garantias por alienação fiduciária de bens adquiridos sob financiamento	445.182	1.113.878	445.182	1.113.878
	1.299.380	2.499.604	1.299.380	2.499.604
	-	-	-	-
	-	-	-	-
	-	-	-	-
2012	31.12.11	31.12.11	31.12.11	31.12.11
	389.943	546.572	389.943	546.572
	160.972	297.311	160.972	297.311
	151.858	271.638	151.858	271.638
	151.425	270.205	151.425	270.205
2013	445.182	1.113.878	445.182	1.113.878
	1.299.380	2.499.604	1.299.380	2.499.604
	-	-	-	-
	-	-	-	-
	-	-	-	-
2014	31.12.11	31.12.11	31.12.11	31.12.11
	389.943	546.572	389.943	546.572
	160.972	297.311	160.972	297.311
	151.858	271.638	151.858	271.638
	151.425	270.205	151.425	270.205
2015	445.182	1.113.878	445.182	1.113.878
	1.299.380	2.499.604	1.299.380	2.499.604
	-	-	-	-
	-	-	-	-
	-	-	-	-
2016 em diante	31.12.11	31.12.11	31.12.11	31.12.11
	389.943	546.572	389.943	546.572
	160.972	297.311	160.972	297.311
	151.858	271.638	151.858	271.638
	151.425	270.205	151.425	270.205

A subsidiária Sadia é avaliada de empréstimo obtido pelo Instituto Sadia de Sustentabilidade junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). Este empréstimo visa à implantação de biodigestores nas propriedades dos produtores rurais participantes do sistema de integração Sadia, visando a redução de emissão de gases do efeito estufa. O valor destes avais em 31.12.11, totalizava o montante de R\$ 79.893 (R\$ 83.899 em 31.12.10).

A Sadia é avaliada de empréstimos vinculados a um programa especial que visa o desenvolvimento regional obtidos por criadores localizados na região central do Brasil. Esses empréstimos são utilizados para melhorar as condições das instalações nas granjas destes criadores e serão pagos em 10 anos, tendo como garantia real cedula hipotecária do imóvel e equipamentos adquiridos por meio do programa. O valor destes avais em 31.12.11 totalizava o montante de R\$ 509.550 (R\$ 562.474 em 31.12.10).

Em 31.12.11, o total de fianças bancárias contratadas correspondia a R\$ 646.462 (R\$ 456.685 em 31.12.10) oferecidas principalmente em garantia de processos judiciais onde se discute a utilização de créditos tributários. Estas fianças possuem um custo médio de 1,10% a.a. (1,19% a.a. em 31.12.10).

19.8. Compromissos	BR GAAP		BR GAAP e IFRS	
	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.11	31.12.11	31.12.11
	8.510	10.010	8.510	10.010
	17.173	18.673	17.173	18.673
2012	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
2013	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
2014	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
2015	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
2016 em diante	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673

20. FORNECEDORES	BR GAAP		BR GAAP e IFRS	
	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
	8.510	10.010	8.510	10.010
	17.173	18.673	17.173	18.673
Fornecedores nacionais	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
Fornecedores estrangeiros	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
2012	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
2013	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
2014	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
2015	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
2016 em diante	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673

Fornecedores nacionais	BR GAAP		BR GAAP e IFRS	
	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
	8.510	10.010	8.510	10.010
	17.173	18.673	17.173	18.673
Terciros	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
Partes relacionadas	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
Fornecedores estrangeiros	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
Terciros	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
Partes relacionadas	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
2012	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
2013	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
2014	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
2015	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
2016 em diante	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673
	17.173	18.673	17.173	18.673

21. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	BR GAAP		BR GAAP e IFRS	
	Controladora		Consolidado	
	31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
Instrumentos financeiros derivativos				
Hedge de fluxo de caixa				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - em 31 de dezembro de 2011 e 2010 - (valores expressos em milhares de reais) - Continuação

	BR GAAP e IFRS Consolidado			
	31.12.10			
	Homenagem por tempo de serviço	Plano Médico	Multa F.G.T.S.	Outros
Conciliação de ativos e passivos				
Valor presente das obrigações atuariais	(47.374)	(67.205)	(137.878)	(22.041)
Passivo líquido	<u>(47.374)</u>	<u>(67.205)</u>	<u>(137.878)</u>	<u>(22.041)</u>
Movimentação do passivo atuarial líquido				
Passivo líquido do plano em 31.12.09	(40.944)	(56.865)	(129.368)	(22.551)
Despesa reconhecida no resultado	(4.636)	(6.545)	(14.380)	(2.475)
Custo do serviço	(4.351)	(2.391)	(12.140)	(1.353)
Benefícios pagos	-	-	1.771	-
Contribuições da patrocinadora	3.988	1.526	4.308	6.639
Ganho (perda) via DRA	(1.431)	(2.930)	11.931	(2.301)
Passivo líquido do plano em 31.12.10	<u>(47.374)</u>	<u>(67.205)</u>	<u>(137.878)</u>	<u>(22.041)</u>
Movimentação das obrigações atuariais				
Valor presente das obrigações atuariais em 31.12.09	(40.944)	(56.865)	(129.368)	(22.551)
Juros e obrigações atuariais	(4.636)	(6.545)	(14.380)	(2.475)
Custo do serviço	(4.351)	(2.391)	(12.140)	(1.353)
Benefícios pagos	3.988	1.526	6.079	6.639
Ganho (perda) atuarial	(1.431)	(2.930)	11.931	(2.301)
Valor presente das obrigações atuariais em 31.12.10	<u>(47.374)</u>	<u>(67.205)</u>	<u>(137.878)</u>	<u>(22.041)</u>
Movimentação dos ativos do plano				
Benefícios pagos	(3.988)	(1.526)	(4.308)	(6.639)
Contribuições da patrocinadora	3.988	1.526	4.308	6.639
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.10	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas e receitas realizadas				
Custo dos juros	(4.636)	(6.545)	(14.380)	(2.475)
Ganho (perda) atuarial	(1.101)	-	-	-
Custo do serviço	(4.681)	(2.391)	(12.140)	(1.353)
	<u>(10.418)</u>	<u>(8.936)</u>	<u>(26.520)</u>	<u>(3.828)</u>
Despesas previstas				
Custo do serviço	(3.016)	(1.260)	(6.268)	(1.436)
Custo dos juros	(3.095)	(4.306)	(6.592)	(2.162)
	<u>(6.111)</u>	<u>(5.566)</u>	<u>(12.860)</u>	<u>(3.598)</u>

Premissas atuariais				
Hipóteses econômicas				
Taxa de desconto	10,24 % a.a.	10,24 % a.a.	10,24 % a.a.	10,24 % a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa de inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa de crescimento salarial	6,08% a.a.	0,00% a.a.	6,08% a.a.	6,08% a.a.
Hipóteses demográficas				
Tábua de mortalidade	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade de inválidos	N/A	N/A	N/A	N/A
24.2.1. Plano médico				
A Companhia registrou as obrigações decorrentes da Lei nº 9.656 e da Resolução do Conselho de Saúde Suplementar nº 21/99, que assegura ao colaborador aposentado que contribuiu com o plano de saúde em decorrência do vínculo empregatício, pelo prazo mínimo de 10 anos, o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral.				
Caso houvesse uma variação de 1% na tendência de evolução dos gastos com assistência médica (Health Care Costs Trend - "HCCT"), o passivo correspondente sofreria os seguintes impactos:				
		Controladora	Consolidado	
		1,0%	-1,0%	1,0%
		7.020	5.399	16.730

Variação na obrigação atuarial				
24.2.2. Multa F.G.T.S. por ocasião da aposentadoria do empregado				
Conforme pacificação emitida pelo Tribunal Regional do Trabalho ("TRT") em 20.04.07, a aposentadoria não surte efeito no contrato de trabalho estabelecido entre a Companhia e seus funcionários, sendo assim através de cálculo atuarial e com base nas práticas de desligamento a Companhia reconheceu o passivo relacionado.				
24.2.3. Homagem por tempo de serviço				
A Companhia tem por prática premiar funcionários que atinjam no mínimo 10 anos de serviços prestados, o passivo atuarial decorrente dessa prática foi registrado no balanço patrimonial. Durante o exercício de 2011, a controladora alterou o objeto do prêmio concedido de brindes para valores em espécie.				
24.2.4. Indenização por desligamento				
Os gestores com cargo executivo desligados por iniciativa da empresa, além das verbas legais, são elegíveis ao recebimento de uma indenização equivalente a 0,5 salário vigente à época do desligamento, para cada ano ou fração de ano trabalhado na Sadia.				
A concessão desse benefício está sujeita a uma avaliação da carreira, desempenho e tempo de serviço do beneficiário, o passivo atuarial decorrente dessa prática foi registrado no balanço patrimonial.				
Por decisão da Administração da Companhia esse benefício será descontinuado a partir de 2012, sendo assim, não serão elegíveis novos funcionários, mantendo-se o benefício apenas para funcionários atuais.				
24.2.5. Indenização por aposentadoria				
Por ocasião da aposentadoria os gestores com cargo executivo, além das verbas legais, são elegíveis a indenização complementar de 0,5 salário vigente à época da aposentadoria por ano trabalhado.				
A concessão desse benefício está sujeita a uma avaliação da carreira, desempenho e tempo de serviço do beneficiário, o passivo atuarial decorrente dessa prática foi registrado no balanço patrimonial.				
As despesas incorridas com todos os benefícios apresentados acima foram reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais e incluem: custo dos juros, ganho (perda) atuarial, custo do serviço e rendimento esperado do ativo do plano.				
Os ganhos e as perdas atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes estão apresentados abaixo:				
		BR GAAP e IFRS Consolidado		
		31.12.11	31.12.10	
		(39.883)	(23.090)	
		28.025	(16.793)	
		<u>(11.858)</u>	<u>(39.883)</u>	

Saldo no início do exercício:				
Movimentação				
Saldo no final do exercício				
25. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS				
A Companhia e seus controlados estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.				
A Companhia classifica o risco de perda nos processos legais como "prováveis", "possíveis", ou "remotos". A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.				
Caso a Companhia possua demandas judiciais cujos valores não são conhecidos ou razoavelmente estimáveis, mas a probabilidade de perda seja provável, estes não serão registrados, mas sua natureza será divulgada.				
A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com a Deliberação CVM nº 594/09, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado abaixo:				
25.1. Contingências com perdas prováveis				
A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é apresentada a seguir:				
		BR GAAP Controladora		
		31.12.10	31.12.10	
		(39.883)	(23.090)	
		28.025	(16.793)	
		<u>(11.858)</u>	<u>(39.883)</u>	

		BR GAAP e IFRS Consolidado		
		31.12.10	31.12.10	
		(39.883)	(23.090)	
		28.025	(16.793)	
		<u>(11.858)</u>	<u>(39.883)</u>	
25. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS				
A Companhia e seus controlados estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.				
A Companhia classifica o risco de perda nos processos legais como "prováveis", "possíveis", ou "remotos". A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.				
Caso a Companhia possua demandas judiciais cujos valores não são conhecidos ou razoavelmente estimáveis, mas a probabilidade de perda seja provável, estes não serão registrados, mas sua natureza será divulgada.				
A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com a Deliberação CVM nº 594/09, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado abaixo:				
25.1. Contingências com perdas prováveis				
A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é apresentada a seguir:				
		BR GAAP Controladora		
		31.12.10	31.12.10	
		(39.883)	(23.090)	
		28.025	(16.793)	
		<u>(11.858)</u>	<u>(39.883)</u>	

		BR GAAP e IFRS Consolidado		
		31.12.10	31.12.10	
		(39.883)	(23.090)	
		28.025	(16.793)	
		<u>(11.858)</u>	<u>(39.883)</u>	
25. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS				
A Companhia e seus controlados estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.				
A Companhia classifica o risco de perda nos processos legais como "prováveis", "possíveis", ou "remotos". A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.				
Caso a Companhia possua demandas judiciais cujos valores não são conhecidos ou razoavelmente estimáveis, mas a probabilidade de perda seja provável, estes não serão registrados, mas sua natureza será divulgada.				
A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com a Deliberação CVM nº 594/09, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado abaixo:				
25.1. Contingências com perdas prováveis				
A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é apresentada a seguir:				
		BR GAAP Controladora		
		31.12.10	31.12.10	
		(39.883)	(23.090)	
		28.025	(16.793)	
		<u>(11.858)</u>	<u>(39.883)</u>	

		BR GAAP e IFRS Consolidado		
		31.12.10	31.12.10	
		(39.883)	(23.090)	
		28.025	(16.793)	
		<u>(11.858)</u>	<u>(39.883)</u>	
25. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS				
A Companhia e seus controlados estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.				
A Companhia classifica o risco de perda nos processos legais como "prováveis", "possíveis", ou "remotos". A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.				
Caso a Companhia possua demandas judiciais cujos valores não são conhecidos ou razoavelmente estimáveis, mas a probabilidade de perda seja provável, estes não serão registrados, mas sua natureza será divulgada.				
A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com a Deliberação CVM nº 594/09, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado abaixo:				
25.1. Contingências com perdas prováveis				
A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é apresentada a seguir:				
		BR GAAP Controladora		
		31.12.10	31.12.10	
		(39.883)	(23.090)	
		28.025	(16.793)	
		<u>(11.858)</u>	<u>(39.883)</u>	

		BR GAAP e IFRS Consolidado		
		31.12.11	31.12.10	
		872.473.246	872.473.246	
		(3.019.442)	(781.172)	
		<u>869.453.804</u>	<u>871.692.074</u>	
26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
26.1. Capital social				
Em 31.12.11 e 31.12.10, o capital subscrito e integralizado da BRF era de R\$ 12.553.417.953,36 (doze bilhões, quinhentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e dezessete mil, novecentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos), composto por 872.473.246 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. O valor realizado do capital social no balanço está líquido dos gastos com oferta pública no montante de R\$ 92.947.				
A BRF está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.				
26.2. Composição do capital social por natureza				
		BR GAAP e IFRS Consolidado		
		31.12.11	31.12.10	
		872.473.246	872.473.246	
		(3.019.442)	(781.172)	
		<u>869.453.804</u>	<u>871.692.074</u>	
Ações ordinárias				
Ações em tesouraria				
Ações em circulação				
26.3. Movimentação das ações em circulação				
		BR GAAP e IFRS Consolidado		
		Quantidade de ações em circulação		
		31.12.11	31.12.10	
		871.692.074	870.021.066	
		(2.630.100)	-	
		<u>391.830</u>	<u>1.671.008</u>	
		<u>869.453.804</u>	<u>871.692.074</u>	
Ações no início do exercício				
Compra de ações (Tesouraria)				
Venda de ações (Exercício - pagamento baseado em ações)				
Ações no final do exercício				
26.4. Remuneração dos acionistas				
Lucro líquido do exercício				
Constituição da reserva legal (5%)				
Base de cálculo dos dividendos				
Remuneração dos acionistas na forma de Juros sobre capital próprio:				
Pagos em 29.08.11 (líquidos de IRRF no valor de R\$ 24.926)				
Pagos em 15.02.12 (líquidos de IRRF no valor de R\$ 29.824)				
Pagos relativo ao exercício de 2010 (líquido de IRRF no valor de R\$ 17.605)				
Total de remuneração aos acionistas				
Percentual da remuneração sobre a base de cálculo				
Dividendos pagos por ação				
26.5. Distribuição de lucro				
		BR GAAP e IFRS Consolidado		
		31.12.11	31.12.10	
		871.692.074	870.021.066	
		(2.630.100)	-	
		<u>391.830</u>	<u>1.671.008</u>	
		<u>869.453.804</u>	<u>871.692.074</u>	
Ajustes de adoção CPCs/IFRS				
Ganho atuarial FAF				
Juros sobre capital próprio				
Reserva legal				
Reserva para aumento de capital				
Reserva para expansão				
Reserva de incentivos fiscais				

Reserva legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, limitado a 20% do capital social.				
Reservas para aumento de capital: constituída na base de 20% do lucro líquido do exercício limitado a 20% do capital social.				
Reserva para expansão: constituída até 50% sobre o lucro líquido do exercício para atender aos planos de expansão, limitado a 80% do capital social.				
Reserva de incentivos fiscais: constituída nos termos do artigo 195-A Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, com base no valor de doações ou subvenções governamentais para investimentos.				
26.6. Ações em tesouraria				
Durante o exercício encerrado em 31.12.11, conforme autorizado pelo Conselho de Administração, a Companhia adquiriu 2.630.100 ações de sua própria emissão a um custo de R\$ 17.956, dando início ao programa de recompra para aquisição de até 4.068.336 ações ordinárias, sem valor nominal, tendo como objetivo a manutenção em tesouraria para eventual atendimento ao disposto nos planos de opção de compras de ações. Assim sendo em 31.12.11, a Companhia possui 3.019.442 ações de sua própria emissão em tesouraria, com custo médio de R\$ 21,63 (vinte e um reais e sessenta e três centavos) por ação, com valor de mercado correspondente a R\$ 109.968.				
26.7. Composição do capital social por titularidade				
A posição acionária dos maiores acionistas, administradores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia é apresentada a seguir (não auditado):				
		31.12.11		31.12.10
		Quantidade	%	Quantidade
				%
Acionistas				
Maiores acionistas				
Acionistas que compõem o acordo de votos				
Tarpon				
Administradores				
Conselho de Administração				
Diretoria				
Ações em tesouraria				
Outros				

A posição acionária dos acionistas controladores que fazem parte do acordo de votos e/ou detentores de mais de 5% do capital votante é apresentada a seguir:				
		31.12.11		31.12.10
		Quantidade	%	Quantidade
				%
Acionistas				
Caixa de Previd. dos Func. Do Banco do Brasil ⁽¹⁾				
Fundação Petróbrás de Seguridade Social - Petros ⁽¹⁾				
Fundação Sistel de Seguridade Social ⁽¹⁾				
Fundação Vale do Rio Doce de Seg. Social - Valia ⁽¹⁾				
FRPV1 Sabiá FIM Previdenciário ⁽²⁾				
Tarpon				
Outros				

(1) Os fundos de pensão são controlados por empregados participantes das respectivas empresas.
(2) Fundo de investimento delido exclusivamente pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES-FAPES.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - em 31 de dezembro de 2011 e 2010 - (valores expressos em milhares de reais) - Continuação

31. CUSTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Consiste em gastos com pesquisas internas e desenvolvimento de novos produtos, reconhecidas quando incorridas nas demonstrações de resultados. O total de gastos com pesquisa e desenvolvimento no exercício findo em 31.12.11 é R\$ 17.651 na controladora e R\$ 24.230 no consolidado (R\$ 14.696 na controladora e R\$ 20.694 no consolidado em 31.12.10).

32. DESPESAS COM REMUNERAÇÃO DE COLABORADORES

Salários e encargos
Custo de previdência social
Fundo de garantia por tempo de serviço
Assistência médica e ambulatorial
Plano suplementar de aposentadoria
Participação dos funcionários nos resultados
Outros benefícios
Provisão para contingências

BR GAAP		BR GAAP e IFRS	
Controladora		Consolidado	
31.12.11	31.12.10	31.12.11	31.12.10
1.212.869	1.010.816	2.630.142	2.221.841
295.758	245.250	610.896	532.341
83.256	69.423	169.976	148.091
31.860	49.832	100.712	125.168
8.539	7.341	13.032	12.644
136.056	85.209	219.524	128.690
250.589	185.589	437.614	354.555
40.009	37.494	41.509	85.876
2.058.936	1.690.954	4.223.405	3.609.206

Despesas administrativas

Depreciação
Amortização
Salário e benefícios a empregados
Outros

36. COBERTURA DE SEGUROS - CONSOLIDADO

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e, consequentemente, não foram auditados pelos nossos auditores independentes.

Bens segurados

Estoque e imobilizados

Transporte nacional
Transporte internacional de exportação
Transporte internacional de importação
Responsabilidade civil e geral de executivos
Crédito

Cobertura

Incêndio, raio, explosão, vendaval, deterioração de produtos frigorificados, quebra de máquinas, lucros cessantes e outros
Risco rodoviário e responsabilidade civil do transportador de cargas
Reclamações de terceiros
Inadimplência de clientes

37. NOVAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS AINDA NÃO ADOTADOS

As interpretações e alterações das normas existentes apresentadas a seguir, aplicáveis aos períodos contábeis seguintes, foram publicados pelo IASB e sua aplicação nas demonstrações financeiras da Companhia a serem arquivadas junto a CVM ocorrerão somente se houver deliberações por parte desse órgão, portanto, não houve adoção antecipada dessas normas.

IAS 1 - Apresentação de Itens de Outros Resultados
Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 1. A alteração da norma IAS 1 aborda aspectos relacionados à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de se separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado (por exemplo: realização do custo atribuído) e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado, tais como ganhos e perdas diferidos de hedge de fluxo de caixa. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01.07.12. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras.

IAS 12 - Impostos de renda diferidos - Recuperação de ativos relacionados
Em dezembro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 12. A alteração aborda aspectos relacionados a determinação da maneira esperada de recuperação de imposto de renda diferido ativo e passivo quando a propriedade de investimento é mensurada através do modelo de valor justo do IAS 40. Esta norma é efetiva para exercícios anuais iniciando em/ou após 01.01.12. A Administração da Companhia não prevê impactos decorrentes da adoção desta alteração em suas demonstrações financeiras.

IAS 19 - Benefícios a Empregados
Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à contabilização e divulgação de benefícios a empregados. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01.01.13. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras.

IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas
Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 27. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados a investimentos em controladas, empresas com controle compartilhado ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas. Esta revisão de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01.01.13. A Companhia avalia que as alterações desta norma não impactarão suas demonstrações financeiras consolidadas em virtude da mesma não apresentar demonstrações financeiras separadas.

IAS 28 - Investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado

Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 28. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para aplicação do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado. Esta alteração de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01.01.13. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras.

IFRS 7 - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma que estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01.01.13. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras.

IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros

Em outubro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 7. Esta alteração tem o objetivo de adicionar divulgações que permitam ao usuário das demonstrações financeiras avaliar o risco de exposição relativo a transferência de ativos financeiros e os efeitos destes riscos sobre a posição financeira da entidade. A alteração da norma IFRS 7 é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01.07.11. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

Em outubro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 9. A alteração desta norma aborda a primeira fase do projeto de substituição da IAS 39 - *Financial Instruments*. A data de aplicação desta norma foi prorrogada para 01.01.15. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma e eventuais diferenças em relação ao IAS 39 em suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 10. Esta norma estabelece os princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais empresas. A norma prove orientação adicional para auxiliar na determinação de controle quando há dúvida na avaliação. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01.01.13. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras.

IFRS 11 - Acordo Contratual Conjunto

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 11. Esta norma aborda aspectos relacionados a definição do tratamento contábil de entidades com controle compartilhado e operações compartilhadas. Esta norma também limita o uso da consolidação proporcional apenas para empresas com operações compartilhadas passando a aceitar apenas o método de equivalência patrimonial para empresas com controle compartilhado. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01.01.13. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 12. Esta norma aborda aspectos relacionados a divulgação da natureza e riscos associados a participações detidas em controladas, controladas em conjunto e entidades não consolidadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01.01.13. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 13. Esta norma define valor justo, contempla em uma única norma os aspectos de mensuração do valor justo e estabelece os requerimentos de divulgação relacionados ao valor justo. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01.01.13. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

38.1 Aprovação para Incorporação da Sadia S.A.

Conforme fato relevante divulgado em 09.02.12 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a incorporação da Sadia pela BRF com data prevista para 31.12.12. A Incorporação faz parte do processo de fusão das duas empresas, cujo principal objetivo é o de integração total dos negócios com a maximização de sinergias, racionalização de processos e consequente redução dos custos administrativos e operacionais e aumento de sua produtividade.

A decisão de incorporação da Sadia na BRF implicou no registro de uma perda no resultado de 2011 de aproximadamente R\$ 215.205, relativa à constituição de provisão para perda do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, que não serão aproveitados após a incorporação. O valor da perda reflete a melhor estimativa da Administração, em relação às condições existentes, na data-base destas demonstrações financeiras. O valor final do impacto da incorporação da Sadia pela BRF será conhecido em 31.12.12.

38.2 Constituição de Joint Venture na China

Em 14.02.12 a Companhia divulgou a constituição da Rising Star Food Company Limited, uma *joint venture* ("JV") com a participação da empresa *Dah Chong Hong Limited* ("DCH"), a qual terá como propósito:

- o acesso à distribuição nos mercados da China Continental, Hong Kong e Macau alcançando os canais de varejo e *food service*;
- o processamento local de produtos; e
- o desenvolvimento da marca Sadia nestes países.

A Companhia detém 50% de participação na JV e comprometeu-se a realizar um aporte de capital no montante total de aproximadamente R\$ 2.450, proporcional à sua participação no empreendimento.

A Administração estima que ainda no primeiro ano de funcionamento a JV comercialize volumes acima de 140.000 toneladas com receitas correspondentes a aproximadamente R\$ 844.100.

38.3. Celebração do Contrato de Permuta de Ativos e Outras Avenças com a Marfrig

Em continuidade as negociações para o cumprimento do TCD, e conforme divulgado, através do fato relevante emitido em 20.03.12, a Companhia e a Marfrig, celebraram nesta data um Contrato de Permuta de Ativos e Outras Avenças, que ratificou com algumas alterações o MOU assinado em 08.12.11, cujo principal objetivo foi estabelecer os principais termos e condições visando à realização da troca de ativos, conforme descrito na nota 1, item 1.2.

39. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e sua apresentação autorizada pelo Conselho de Administração em 22.03.12.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BRF - Brasil Foods S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou: (i) o parecer emitido sem ressalvas pela KPMG Auditores Independentes; (ii) o Relatório da Administração; e (iii) as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) referentes ao exercício social findo em 31.12.11. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do Conselho Fiscal, abaixo assinados, opinaram pela aprovação, das demonstrações financeiras identificadas acima.

Attilio Guaspari Presidente e Especialista Financeiro		José Antônio do Prado Fay Diretor Presidente		Leopoldo Viriato Saboya Vice-Presidente de Finanças, Administração e Relações com Investidores		Nelson Vas Hacklauer Vice-Presidente de Estratégia e M&A		Gilberto Antônio Orsato Vice-Presidente de Recursos Humanos		Nílvo Mittanck Vice-Presidente de Operações e Tecnologia	
		Antônio Augusto de Toni Vice-Presidente de Mercado Externo		José Eduardo Cabral Mauro Vice-Presidente de Mercado Interno		Fábio Medeiros Martins da Silva Vice-Presidente de Operações Lácteos		Ely David Mizrahi Vice-Presidente de Food Service		Luiz Henrique Lissoni Vice-Presidente de Supply Chain	
										Wilson Newton de Mello Neto Vice-Presidente de Assuntos Corporativos	

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria executiva da BRF - Brasil Foods S.A., declara que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do exercício social findo em 31.12.11; e
(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Companhia do exercício social findo em 31.12.11.
São Paulo, 22 de março de 2012.

José Antônio do Prado Fay Diretor Presidente	Leopoldo Viriato Saboya Vice-Presidente de Finanças, Administração e Relações com Investidores	Nelson Vas Hacklauer Vice-Presidente de Estratégia e M&A	Gilberto Antônio Orsato Vice-Presidente de Recursos Humanos	Nílvo Mittanck Vice-Presidente de Operações e Tecnologia
Antônio Augusto de Toni Vice-Presidente de Mercado Externo	José Eduardo Cabral Mauro Vice-Presidente de Mercado Interno	Fábio Medeiros Martins da Silva Vice-Presidente de Operações Lácteos	Ely David Mizrahi Vice-Presidente de Food Service	Luiz Henrique Lissoni Vice-Presidente de Supply Chain
				Wilson Newton de Mello Neto Vice-Presidente de Assuntos Corporativos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente Vice-Presidente Membro do Conselho Membro Independente do Conselho Membro Independente do Conselho Membro do Conselho Membro Independente do Conselho Membro Independente do Conselho Membro Independente do Conselho Membro Independente do Conselho	Nildemar Secches Paulo Assunção de Sousa Allan Simões Toledo Décio da Silva José Carlos Reis de Magalhães Neto Luís Carlos Fernandes Afonso Luiz Fernando Furlan Manoel Cordeiro Silva Filho Pedro de Andrade Faria Walter Fontana Filho
CONSELHO FISCAL/COMITÊ DE AUDITORIA	
Presidente e Especialista Financeiro Membro do Conselho Membro do Conselho	Attilio Guaspari Décio Magno Andrade Stochiero Manuela Cristina Lemos Marçal
DIRETORIA EXECUTIVA	
Diretor Presidente Vice-Presidente de Finanças, Administração e Relações com Investidores Vice-Presidente de Estratégia e M&A Vice-Presidente de Recursos Humanos Vice-Presidente de Operações e Tecnologia Vice-Presidente de Mercado Externo Vice-Presidente de Mercado Interno Vice-Presidente de Operações Lácteos Vice-Presidente de Food Service Vice-Presidente de Supply Chain Vice-Presidente de Assuntos Corporativos	José Antônio do Prado Fay Leopoldo Viriato Saboya Nelson Vas Hacklauer Gilberto Antônio Orsato Nílvo Mittanck Antônio Augusto de Toni José Eduardo Cabral Mauro Fábio Medeiros Martins da Silva Ely David Mizrahi Luiz Henrique Lissoni Wilson Newton de Mello Neto
Marcos Roberto Badollato - Gerente de Controladoria Renata Bandeira Gomes do Nascimento - Contadora - CRC 1SP 215231/O-3	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da BRF - Brasil Foods S.A. Itajaí - SC Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRF - Brasil Foods S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRF - Brasil Foods S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.	Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da BRF - Brasil Foods S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ênfase Aprovação da combinação de negócios com a Sadia S.A. Conforme mencionado na nota explicativa 1.2, em 13 de julho de 2011, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou a associação entre a Companhia e a Sadia S.A., revogando o Acordo de Preservação e Reversibilidade da Operação ("APRO"), que visava assegurar a reversibilidade da operação, assinado em 08 de julho de 2009. Essa associação encontra-se subordinada ao cumprimento das disposições contidas no Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD"), firmado entre a Companhia e o CADE na mesma data de aprovação da associação. Em 20 de março de 2012 a Companhia firmou, com a Marfrig Alimentos S.A., Contrato de Permuta de Ativos e Outras Avenças, cujo objetivo foi estabelecer os principais termos e condições para viabilizar a transação descrita nas notas explicativas 1.2 e 38, que está sujeita à condição suspensiva, qual seja a manifestação do CADE. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto. Outros assuntos Demonstrações do valor adicionado Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
	São Paulo, 22 de março de 2012
 Auditores Independentes CRC SC - 000071/F-8	Danilo Siman Simões Contador CRC MG-058180/O-2 S-SC